

Informação

[Projeto de Resolução n.º 1304/XIV/2.ª \(BE\)](#)

[Projeto de Resolução n.º 1418/XIV/2.ª \(PCP\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 21 de julho de 2021

-
- Investimento e requalificação no Centro Hospitalar de Setúbal
 - Requalificação do Centro Hospitalar de Setúbal

1. Os Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP), tomaram a iniciativa de apresentar, respetivamente os Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1304/XIV/2.^a e 1418/XIV/2.^a, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. O PJR n.º 1304/XIV/2.^a, do BE, deu entrada na Assembleia da República a 27 de maio de 2021, tendo sido admitido e baixado à Comissão de Saúde a 28 de maio. O PJR n.º 1418/XIV/2.^a, do PCP,

3. A discussão conjunta ocorreu nos seguintes termos:

A Deputado Moisés Ferreira apresentou o [PJR n.º 1304/XIV/2.^a](#), referindo os vários problemas que colocam em causa o bom funcionamento do Centro Hospitalar de Setúbal, unidade de referência naquele distrito, que integra o Hospital de S. Bernardo e o Hospital Ortopédico de Sant’lago do Outão. Estes problemas são causados pelos constrangimentos ao nível financeiro e ao nível da incapacidade das próprias instalações em responder de forma mais eficaz, pelo que o BE recomenda ao Governo que aumente o orçamento do Centro Hospitalar de Setúbal, de forma a que este possa corresponder às necessidades dos utentes; que amplie o serviço de urgências e crie espaços para outros serviços, consultas de especialidades médicas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), ambulatório e internamento, quer em enfermaria geral, quer em unidades de cuidados intensivos; que garanta que o novo edifício a construir tem capacidade para uma futura ampliação até ao 5.º piso; que garanta a modernização e o reforço de MCDT em todos os setores; que não faça depender qualquer intervenção da alienação do hospital do Outão e utilize esta unidade para ganhar ou aumentar a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde em serviços ou áreas de prestação de cuidados carenciadas.

A Deputada Paula Santos apresentou o [PJR n.º 1418/XIV/2.^a](#) dizendo que o Centro Hospitalar de Setúbal abrange cerca de 250 mil habitantes dos concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela, e dá ainda resposta a um número significativo de utentes oriundos de concelhos do Litoral Alentejano, e que enfrenta um conjunto de

dificuldades que impedem o seu desenvolvimento, que se prendem com o desadequado financiamento, a carência de profissionais de saúde e a desadequação das instalações. Assim, o PCP recomenda ao Governo a reclassificação deste Centro Hospitalar do grupo C para o grupo D, o desenvolvimento e diferenciação dos seus serviços e valências e eventual instalação de outras especialidades, alargando a sua capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde, o investimento na modernização tecnológica de equipamentos, em particular nos MCDT, e a criação de condições que permitam a fixação de profissionais de saúde, essencial para garantir a comunidade serviços e valências, a prestação de cuidados com qualidade e a redução de tempos de espera nas consultas e cirurgias.

O Deputado Ivan Gonçalves disse que o PS está consciente dos problemas existentes neste Centro Hospitalar e que, por isso mesmo, o Governo inscreveu no orçamento do Estado verbas para o novo edifício, estando já aprovado que tenha 3 pisos de internamento e 1 para estacionamento, com possibilidade de futura ampliação, o que irá reforçar as suas condições de funcionamento. O Hospital já recebeu a primeira tranche para a construção e as intervenções começarão ainda este ano, portanto os problemas estão a ser resolvidos. Pode discutir-se o calendário, mas o processo de requalificação está em marcha.

A Deputada Fernanda Velez anunciou acompanhar as duas iniciativas que visam investimentos há muito necessários. A primeira tranche, que o Governo já libertou, corresponde a pouco mais de 10 por cento do investimento. Veremos como estará a obra aquando dos próximos atos eleitorais e quando será realmente resolvida a ampliação do CHS.

A Deputada Paula Santos manifestou a opinião de que as necessidades do CHS estão há muito identificadas, considerando que, apesar dos compromissos do Governo, nada havia sido feito até o PCP avançar com a sua proposta no OE. Quanto ao PSD, quando esteve no Governo, não tomou qualquer iniciativa com vista a resolver esta situação.

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 1304/XIV/2.^a (BE) e 1418/XIV/2.^a (PCP) foram objeto de discussão conjunta na Comissão de Saúde, na reunião de 21 de julho de 2021, e a Informação relativa à sua discussão será remetida ao Presidente da Assembleia da



Comissão de Saúde

República, nos termos e para os efeitos do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 21 de julho de 2021

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO

Alberto Amaro Mendes Machado

(Alberto Machado)